



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Comissão de **Direitos**
Humanos
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás
Deputado Estadual Mauro Rubem
Presidente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS
DIRETORIA LEGISLATIVA

RELATÓRIO SEMESTRAL DE ATIVIDADES DA
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Goiânia, 30 de junho de 2010



INTRODUÇÃO

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, Comissão Permanente da Assembléia Legislativa de Goiás, realizou diversas atividades, ao longo do primeiro semestre de 2010, em consonância com as competências estabelecidas regimentalmente.

A realização de audiências públicas em parceria com entidades da sociedade civil e instituições do poder público, encontrando-se estas integradas a demandas, reclamações e denúncias que foram apresentadas à esta Comissão, com o objetivo de obter esclarecimentos de autoridades competentes, em defesa do Estado Democrático de Direito, promovendo os Direitos Humanos.

Segundo o Art. 45, Inciso XIII, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa de Goiás (Resolução n. 1218, de 3 de junho de 2007), ficou definido enquanto área de atuação, de competência e campo temático da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, os seguintes:

- a) investigação de denúncias de lesão ou ameaça aos direitos humanos, especialmente, quando estiver relacionado aos direitos do idoso, portador de deficiência, etnias e grupos sociais minoritários;
 - b) promoção e a divulgação dos direitos humanos;
 - c) colaboração com entidades não-governamentais voltadas para a defesa dos direitos humanos;
 - d) relações de trabalho;
 - e) apurar qualquer forma de violência, preconceito ou discriminação social;
 - f) assuntos referentes ao cumprimento da declaração universal dos direitos humanos;
 - g) promover visitas periódicas às delegacias, penitenciárias, casas de detenção e de albergados, asilos e casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico;
 - h) sugestão de iniciativas legislativas oriundas de classes organizadas, sindicatos, movimentos sociais, universidades e outras entidades.
- (Resolução n. 1218, de 3 de junho de 2007, da Assembléia Legislativa de Goiás – Art. 45, Inciso XIII)

Assim, diante das demandas, denúncias e solicitações que nos são apresentadas no mencionado campo temático, procurou-se cooperar, participar e realizar atividades associadas às competências institucionalmente atribuídas à esta Comissão.



Destarte, percebe-se neste relatório o crescimento de demandas populares que apontam para a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão dos grupos historicamente vulneráveis e a superação de preconceitos.

Nesse contexto, importa pensar em estratégias que possam contribuir para a superação dos atuais desafios no campo da segurança pública, com a superação do atual modelo, que se mostra falido, de tendência repressiva e violenta, que prioriza a ampliação de tropas de choques e a construção simbólica de batalhões especializados, com a difusão de comportamentos agressivos e violentos.

A mudança do modelo existente implica na adoção de estratégias de defesa social que passam pelo envolvimento dos cidadãos por meio de conselhos municipais de segurança, pela qualificação e transformação dos profissionais de segurança pública em difusores e defensores dos Direitos Humanos e por estratégias eficientes de melhoria da qualidade de vida e da condição social de classes mais vulneráveis.

Descortinando uma nova perspectiva, capaz de perceber nas causas e nos efeitos sociais relevantes entraves na área da segurança pública, percebendo na atual problemática a oportunidade de construirmos uma sociedade justa e igualitária.

1. DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA: SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA

Em 20 de janeiro, logo na primeira audiência pública realizada pela Comissão em 2010, dedicou-se especial atenção aos gritantes índices de violência registrados no Estado de Goiás, com a apresentação de estatísticas que apontaram para o vertiginoso crescimento do número de homicídios na Capital, na ocasião, registrava-se desde 1º de janeiro 45 assassinatos em Goiânia.

Em continuação ao processo democrático iniciado durante a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - CONSEG, esta Comissão, presidida pelo Deputado Estadual Mauro Rubem, participou na manhã de 05 de março, da primeira audiência pública da Região Centro-Oeste para debater e consolidar o Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP na Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (ACIEG).



Durante o encontro houve debate dos temas: constituição, missão, atribuições, regimento e normas de funcionamento do Conselho. O processo eleitoral para escolha de integrantes e entidades também foi definido durante a audiência, ressaltando os resultados da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública como de crucial importância para a democracia e a obtenção do apoio de toda população.

Em 10 de março, promovemos Audiência Pública, em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH, das 08h30min às 13h30min, no auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com o propósito de discutir os altos índices de violência e homicídios em Goiás.

Dr. Firmino Fecchio, Ouvidor da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH) relatou as inúmeras denúncias que chegam à SEDH de violência policial no Estado de Goiás, comparando atual situação com a “ditadura de Pinochet,” onde policiais matam e continuam exercendo seus cargos. Citou o exemplo do Estado de São Paulo, onde foi publicada uma lei que obriga a publicação de casos de violência policial para que toda a sociedade conheça os fatos e afirma que também deveria ser implantado esse sistema em Goiás. Faz uma crítica à Secretaria de Segurança Pública por ser conivente com a atual situação, abafando os crimes cometidos por seus policiais. A SEDH assume o compromisso de vir à Goiânia sempre que necessário.

Nos dias 12 e 13 de março de 2010, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania Legislação Participativa, conduziu uma comitiva de 24 pessoas, a maioria policiais da Guarda Municipal de Goiânia, em visita à cidade de Diadema – SP.

Em Diadema eles acompanharam vários trabalhos que foram desenvolvidos no município que já foi considerado um dos mais violentos do mundo e hoje é citado pela Organização das Nações Unidas, como “referência em Segurança Pública”, em função de ter diminuído seu alto índice de violência e criminalidade, por meio de uma política de prevenção e com a valorização da Guarda Municipal.



Em 20 de abril de 2010, das 08h às 18h, o 1º Seminário dos Guardas Civis Municipais do Estado de Goiás, com o tema *Segurança Pública Voltada para a Cidadania*, foi promovido por esta Comissão em parceria com o Instituto Goiano de Educação, Estudos e Pesquisa em Segurança Pública – IGESP, no auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Com o propósito de provocar uma ampla discussão sobre o assunto, o mencionado seminário recuperou as experiências implementadas e aprovadas pela sociedade em outros municípios e estados, à luz da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - 1ª CONSEG, ocorrida em agosto de 2009, em Brasília, onde foram aprovados dez princípios e quarenta diretrizes por mais de três mil representantes eleitos nas etapas estaduais da CONSEG, esta Comissão representou o Legislativo goiano neste marco da Segurança Pública.

O Seminário privilegiou o entendimento de Segurança Pública com cidadania, pautada na atenção aos Direitos Humanos, respeitando a vida, orientado pela busca de uma cultura de paz e bem estar da sociedade e de seus cidadãos, congregando integrantes de Guardas Municipais de diversos municípios e de quatro Estados da Federação além Goiás, a exemplo de representantes da guarda de Contagem-MG, Palmas-TO, Macapá-AP e Pojuca-BA.

Neste foram debatidos temas referentes à segurança pública municipal, com foco no protagonismo das Guardas Municipais, além de discutir o papel dos agentes de Segurança Pública em todo o estado. Foi um momento de trabalhar alternativas para dar maiores condições aos profissionais no atendimento à sociedade e na prevenção ao crime.





A mesa da solenidade de abertura, presidida pelo Deputado Estadual Mauro Rubem - Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa; contou com a presença de Weder Kenedy dos Reis – Presidente do Instituto Goiano de Educação Estudo e Pesquisa em Segurança Pública - IGESP; Daniel Adorni – Assessor Geral da Secretaria de Segurança Pública de Goiás; Cel. Gercy Joaquim Camêlo – Comandante da Guarda Municipal de Goiânia, representando o Prefeito Dr. Paulo Garcia; Maurício Domingues da Silva Naval Presidente da ONG “SOS Segurança Dá Vida” e Diretor de Relações Sindicais da Federação Nacional dos Guardas Municipais; Cel. Antônio Djalma Rios – Superintendente da Guarda Municipal de Aparecida de Goiânia, representando o Prefeito Maguito Vilela; Maria de Lourdes Afonso Ribeiro – representante do SINDSAÚDE – Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde de Goiás; Tenente Francisco Carlos Bassualdo Chaves – Comandante da Guarda Municipal de Senador Canedo; Simone de Jesus – Presidente da Associação dos Papiloscopistas de Goiás e Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.

O seminário contou com palestrantes de diversas localidades que compartilharam suas experiências sobre a temática que atuam, sendo estes: Cláudio Frederico de Carvalho – Inspetor da Guarda Municipal de Curitiba – PR; Regina Miki – Assessora Especial do Ministro da Justiça; Deputado Estadual Mauro Rubem - Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa – CDH; e José Francisco Alves – Secretário de Defesa Social do Município de Diadema – SP.

Ressalta-se entre as diretrizes aprovadas: regulamentar as Guardas Municipais; definir suas atribuições constitucionais; garantir direitos estatutários (jornada de trabalho, plano de carreira, aposentadoria, assistência física e mental); regime prisional diferenciado; programas habitacionais; seguro de vida; realização de concurso público com exigência mínima de nível médio completo.

O 1º Seminário dos Guardas Civis Municipais concluiu com a apresentação e a aprovação de Carta Moção ao Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP propondo a extensão da Bolsa de Formação - PRONASCI aos Guardas Municipais, estabelecimento de um piso salarial para a referida categoria e,



prioritariamente, regulamentar as Guardas como polícias municipais, conforme a 8ª Diretriz da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, além de reafirmar a importância dos Direitos Humanos na Segurança Pública disposto nas diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3.

Em 18 de junho de 2010, foram realizadas visitas às prefeituras e guardas municipais dos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo, por iniciativa do presidente da Comissão, Deputado Mauro Rubem, em parceria com o Instituto Goiano de Educação e Pesquisa em Segurança Pública. Na ocasião, as visitas contaram com a presença da Secretária Especial do Ministério da Justiça, Regina Miki, que pode compartilhar sua experiência com os integrantes das mencionadas guardas municipais.

2. LUTA ANTIMANICOMIAL E SAÚDE MENTAL

A inserção desta Comissão na luta antimanicomial, em defesa da inclusão social dos usuários dos serviços de saúde mental, remonta o início destes movimentos no Estado de Goiás. Atualmente, além da participação regular no Fórum Goiano de Saúde Mental, que se reúne às primeiras quartas-feiras de cada mês, às 14h, na sede do Conselho Regional de Psicologia – CRP, em Goiânia, esta Comissão participa dos eventos desenvolvidos na semana que marca o dia Nacional de Luta Antimanicomial, com destaque para a tradicional marcha de 18 de maio.

A Conferência Municipal de Saúde Mental de Goiânia, realizada entre os dias 08 e 10 de abril, na Escola Pública de Saúde de Goiás, contou com a participação desta Comissão em sua abertura oficial, acompanhando o restante da programação.

A participação nas etapas municipais e estaduais garantiu delegados eleitos, a participação na IV Conferência Nacional de Saúde Mental, que aconteceu nos dias 27 e 30 de junho, em Brasília, com o tema *Saúde Mental Direito e Compromisso de Todos: consolidar avanços e enfrentar desafios*, o encontro nacional abrirá espaços para discutir os seguintes eixos temáticos: Saúde Mental e Políticas de Estado: pactuar caminhos intersetoriais; Consolidando a rede de atenção psicossocial e



fortalecendo os movimentos sociais; Direitos Humanos e cidadania como desafio ético e intersetorial.

A Superintendência de Políticas de Atenção Integral à Saúde - SPAIS, por meio da Gerência de Gestão de Atenção Básica, realizou nos dias 11 e 12 de maio, no Hotel Empresarial de Goiânia, a III Conferência Estadual de Saúde Mental Intersetorial de Goiás, com o tema: “Saúde Mental: direito e compromisso de todos – consolidar avanços e enfrentar desafios”.

O evento discutiu e elaborou propostas relativas à problemática da assistência em saúde mental no Estado, elaboradas a partir da demanda levantada nas 12 Conferências Municipais e Regionais ocorridas em abril, propostas estas que foram apresentadas na IV Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada nos dias 27 de junho a 1º de julho, em Brasília.

A Secretária Estadual de Saúde, Irani Ribeiro de Moura, coordenou o evento de abertura da Conferência Estadual, nesta data, apresentou-se a palestra *Direitos Humanos e Cidadania como desafio ético e intersetorial*, pelo Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Mauro Rubem.

Na quarta-feira, 12, foi realizada a plenária final com a apresentação e votação dos relatórios dos grupos temáticos e das moções e a escolha dos delegados que representarão Goiás na Conferência Nacional de Saúde Mental.

As Conferências são espaços democráticos de debate com a representação de vários segmentos que têm o objetivo de avaliar a situação da saúde e propor diretrizes para a formulação de políticas de saúde nos níveis municipais, estaduais e federal.

3. PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – PNDH III

Em 26 de janeiro de 2010, esta Comissão promoveu, em parceria com o Deputado Federal Pedro Wilson, Audiência Pública com o propósito de discutir o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH III, o decreto de reestruturação da FUNAI (Decreto nº. 7.056/09) e o alarmante índice de homicídios registrado no mês



de janeiro em Goiás, no auditório Sólon Amaral da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás das 8h30 às 12h30.

O Deputado Estadual Mauro Rubem destacou que apesar das críticas, todas as propostas do PNDH – III são frutos de ampla discussão junto à sociedade, devendo ser compreendido enquanto resultado da participação de cerca de 14 mil pessoas, em amplo e republicano debate com a sociedade civil organizada.

O Presidente da Comissão ressaltou que o PNDH-3 representa a vontade da sociedade, com o objetivo de fazer com que o Brasil corresponda ao compromisso firmado com a Constituição Federal e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Na ocasião, discutiu-se o Decreto n. 7.056/09, Edson Beiriz, indigenista e administrador executivo regional da FUNAI em Goiás, afirma que o processo de reestruturação foi inconstitucional. “Os índios têm o direito de participar de todos os processos sociais. O Estado rasgou esses direitos e realizou toda a reestruturação sem ouvir nenhum funcionário da FUNAI ou alguém do movimento indígena”.

A audiência tratou, também, dos gritantes índices de homicídio registrados no Estado de Goiás, especialmente na Capital, que segundo estatísticas oficiais, registrou, até aquela data, 45 assassinatos em Goiânia.





O Presidente da Comissão, Deputado Mauro Rubem levantou a questão da existência de grupos dentro da polícia envolvidos com criminosos e ressaltou que a estrutura policial em Goiás ainda é precária e precisa ser melhorada, lamentando a ausência de representantes da pasta específica e criticando sua ineficácia em evitar os homicídios.

Como encaminhamentos retirados desta Audiência, lista-se a elaboração e aprovação de Moções de Apoio referentes ao PNDH-3 e Repúdio, referentes ao Decreto nº. 7056/09, propostas na Audiência Pública e o comprometimento da Ordem dos Advogados do Brasil OAB-GO que questionaria juridicamente o Decreto nº. 7.056/09.

4. COLABORAÇÃO COM A CPI DO DESAPARECIMENTO – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 1º de fevereiro de 2010, esta Comissão integrou diligência que visitou os familiares dos jovens desaparecidos da cidade de Luziânia – GO, que após conversa com familiares reforçaram a necessidade de ampliar o empenho e auxílio nas buscas, em parceria com as autoridades de Goiás.

A comitiva que realizou a mencionada visita, contou com a participação de diversas autoridades e representantes da sociedade civil, entre estas: Deputada Distrital Erika Kokay – PT/DF, vice-presidente Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; Silvânia Matilde Silva e Paulo Henrique Abreu, secretária e assessor da Deputada Distrital Erika Kokay; Firmino Fecchio Filho – Ouvidor Geral da Cidadania da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Isabel Figueiredo - Coordenadora Geral de Direitos Humanos e Segurança Pública da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Perla Ribeiro – Coordenadora do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA-DF; Vitor Silva Alencar – Advogado – CEDECA-DF; Fábio Fazzion – Assessor do Deputado Estadual Mauro Rubem (PT/GO), Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás; Marcus Vinicius Almeida Magalhães – Assessor da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da



Criança e do Adolescente da Secretaria Especial de Direitos Humanos; Augustino Pedro Veit – Assessor da CDHM – Câmara dos Deputados; Rafael Ayan Ferreira – NEIJ/UnB - Núcleo de Estudos da Infância e Juventude; Pedro Octaviano Ferreira Lacerda – Faculdade de Comunicação da UnB; Everardo de Aguiar Lopes - Rede Desarma Brasil/CONASP; Jane Ferreira – Presidenta da Federação de Mulheres de Brasília e Entorno; Laodicéia Dourado Rocha – Vereadora do Novo Gama.

Foram definidas algumas iniciativas no sentido de promover ações referentes às entidades:

- Deputados do Estado de Goiás enviarão relatórios ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente – CONANDA; Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH e Conselhos dos Direitos Humanos solicitando providências – no caso do CONANDA, foi enviado também pedido de inclusão da discussão na pauta da reunião que seria realizada nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2010;

- Solicitação de reunião com a Promotoria de Justiça do Estado de Goiás;

- Verificar junto ao Ministério da Justiça, a possibilidade de avaliar a necessidade da Polícia Federal no caso;

- Campanha em parceria com o CREAS;

- Solicitar à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás reforço da segurança ostensiva no município;

- Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás responsabilizou-se no sentido de solicitar à Secretaria de Segurança Pública de Goiás, dados de pessoas desaparecidas no município de Luziânia referentes ao ano de 2009 e 2010.

Em 03 de março de 2010, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados realizou Audiência Pública para investigar o desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil (CPI do Desaparecimento). Um dos objetivos da audiência foi a discussão das providências adotadas pelas autoridades para a prevenção do desaparecimento de crianças.

A mesa do evento foi composta pela Deputada Federal e Presidente da CPI, Bel Mesquita (PMDB-PA); o Deputado Federal Geraldo Pudim (PR-RJ); o Presidente



da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, Deputado Estadual Mauro Rubem (PT); a Presidente da Comissão da Criança e Adolescente da Assembleia Legislativa, Deputada Estadual Mara Naves (PMDB); o Vereador de Goiânia, Clécio Alves (PMDB); e o Secretário Estadual de Segurança Pública e Deputado Estadual licenciado, Ernesto Roller (PP).



Cerca de 80% dos desaparecimentos de crianças e adolescentes no Brasil são casos de fuga de menores, maus tratos, abusos sexuais, desavenças familiares e relacionamentos amorosos indesejados. Os outros 20% dos desaparecimentos não apresentam uma causa lógica. Nessas situações, o caso geralmente é solucionado pela Polícia com a entrega do corpo à família.

A CPI buscava por propostas de atuação preventiva para reduzir os dois tipos de desaparecimentos. Na ocasião, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, Deputado Estadual Mauro Rubem, denunciou a suspeita de envolvimento de policiais militares em casos de desaparecimento no município goiano de Alvorada do Norte.



5. INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE SÍNDROME DE DOWN

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, presidida pelo Deputado Estadual Mauro Rubem, em parceria com a Associação Down – ASDOWN, promoveu Audiência Pública, realizada no dia 23 de março de 2010, das 08h30min às 12h00min, no auditório Sólon Amaral da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, com o propósito de discutir a inclusão da pessoa portadora da Síndrome de Down na rede pública de saúde e educação.

Dentre os encaminhamentos retirados da mencionada audiência, lista-se:

- Dr. Everaldo, atentou que há uma lei que determina que as escolas tenham um espaço físico e profissionais capacitados, inclusive as particulares, para atender alunos portadores de deficiência e, caso alguma escola não respeitar a lei, será autuada, podendo até ser fechada para regularizar-se, sendo a Secretaria de Educação a responsável pela fiscalização. Ele ressalta que os pais nunca devem aceitar o “NÃO” como resposta e coloca o MP à disposição para qualquer recusa da instituição de ensino para seus filhos.

- Clautenes, representante da Secretaria Estadual de Saúde, percebe a dificuldade da pessoa portadora da Síndrome de Down no acesso à saúde, já que cada necessidade requer um tratamento específico e a pessoa portadora da Síndrome de Down, por não tem muitas opções no que tange ao tratamento, fica sem a assistência devida. Ela prometeu levar até a Secretária Estadual de Saúde, Sra. Irani Ribeiro de Moura, a discussão sobre o assunto.

- Mauro Rubem propôs uma reunião juntamente com a Secretaria da Saúde, PUC, Asdown e Secretaria da Ciência e Tecnologia para elaborar uma sequência de medidas aplicáveis para concretização de ações integradas, envolvendo a Saúde e Educação. O poder público tem que ser responsabilizado por essas ações.

- Hosana, psicóloga e servidora da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, falou da existência de um programa de doação de alimentos às famílias carentes, e para isso é feito um cadastro de todas essas famílias junto ao órgão. Assim, coloca a CONAB à disposição da ASDOWN.



- Valéria, representando o Coordenador do Programa de Direitos Humanos - PDH da PUC-GO resalta a importância da pesquisa científica para a superação da exclusão e coloca o PDH à disposição da comunidade.



6. CONFLITOS NO CAMPO, COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

A Comissão dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, presidida pelo Deputado Estadual Mauro Rubem, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra – Regional Goiás, promoveu a divulgação da 3ª edição do caderno "Conflitos no Campo", em 29 de abril de 2010, às 14 horas, no Auditório Costa Lima da Assembleia Legislativa.

A Audiência teve como objetivo anunciar e denunciar as relações de trabalho dos assalariados do campo e os números exorbitantes de trabalhadores em condições análogas à escravidão, as tensões provenientes das relações sociais, políticas, trabalhistas e ambientais.

O lançamento também foi um espaço de debate e reflexão das ações diante do sistema dominante propagado pela mídia institucionalizada a preservar a paz resignada, mostrando os verdadeiros números que a política do sistema capitalista neoliberal procura esconder.

Em 25 de maio, esta Comissão, participou de Reunião com a relatora da Organização das Nações Unidas - ONU sobre formas contemporâneas de escravidão, Sra. Gulnara Shahinian, e Movimentos Sociais, debatendo sobre os desafios contemporâneos da superação dos atuais índices de trabalho escravo no Brasil.



Durante três dias, entre 25 e 27 de maio, representantes do governo, de organizações de empregadores e da sociedade civil, debateram um tema que, em pleno século 21, ainda preocupa o Brasil: o trabalho escravo.

O 1º Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo reuniu de 25 a 27 de maio, em Brasília, especialistas para discutir as alternativas de combate a esta grave violação dos Direitos Humanos. O encontro é promovido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, pela Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE e pela Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Dois atos marcaram o encontro. No dia 26, às 13 horas, houve uma Audiência na Câmara dos Deputados para a entrega de um abaixo-assinado pedindo a urgente aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 438/2001, que prevê o confisco de terras de quem utilizou trabalho escravo.

No dia 27, os participantes do encontro realizaram um ato público no gramado em frente ao Congresso Nacional pedindo a aprovação da chamada “PEC do Trabalho Escravo”.

Apesar dos avanços no combate ao trabalho escravo serem reconhecidos por entidades internacionais, como a OIT, o problema ainda persiste no Brasil e em importantes setores econômicos. Desde o início das operações do grupo móvel de fiscalização do governo federal, em 1995, mais de 36 mil trabalhadores foram libertados dessa condição em todo o país.

Durante o encontro, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou duas cartilhas com esclarecimentos e dados sobre o trabalho escravo no país.

As publicações explicam a caracterização do trabalho escravo, as penas para esse tipo de prática e as ações do governo para combater o crime. O livreto também responde a perguntas sobre a situação trabalhista das pessoas resgatadas do regime análogo ao de escravidão e como a sociedade está se mobilizando para evitar essa prática.

Além disso, as cartilhas explicam a legislação sobre o tema e o compromisso internacional do Brasil com a erradicação do trabalho escravo.



7. COMITÊ REGIONAL DO FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO NA COMUNICAÇÃO

A Audiência promovida em 05 de maio de 2010, em parceria entre a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa, presidida pelo Deputado Estadual Mauro Rubem, e o Comitê Regional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, permitiu debater os encaminhamentos da 1ª Conferência Nacional de Comunicação – CONFECOM.

A atividade teve início com a apresentação de um vídeo produzido pela CARA VÍDEO e Comunicativa, que apresentou o trabalho feito nos anos anteriores à data que se comemora o dia Mundial das Comunicações Sociais. Em seguida foi composta a mesa de trabalho: Deputado Mauro Rubem, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa; Cariacy dos Santos Domingues - Representante do Conselho Regional de Psicologia e Sociedade Civil; Professor Edson Luiz Spenthof - Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (Facomb) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Poder Público; Maria José Braga - Representando o Sindicato dos Jornalistas de Goiás e Dr. Manuel Leonilson Rocha - Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-GO.

O Deputado Mauro Rubem iniciou a audiência ressaltando três das 672 propostas aprovadas na etapa nacional, alegando ser uma vitória, por serem bandeiras históricas:

- Divisão do espectro radioelétrico obedecendo a proporção de 40% para o sistema público, 40% para o sistema privado e 20% para o sistema estatal;
- Reconhecimento do direito humano à comunicação como direito fundamental na Constituição Federal;
- Criação do Conselho Nacional de Comunicação, bem como dos conselhos estaduais, distrital e municipais, que funcionam como instâncias de formulação, deliberação e monitoramento de políticas de comunicação no país. Conselhos serão formados com garantia de ampla participação de todos os setores.



Os representantes da Sociedade Civil, Cariacy dos Santos Domingues e do Poder Público, Professor Edson Luiz, falaram das impressões sobre o processo feito desde a etapa estadual, ressaltaram a importância da Conferência e lamentaram que determinados seguimentos do setor empresarial não compareceram ao debate, em clara atitude de boicote à convocação do Presidente Lula.

Maria José Braga, do Sindicato dos Jornalistas de Goiás, ressaltou a conquista que fora a CONFECOM, visto que era uma bandeira antiga da FENAJ. Maria José fez memória do processo que constituiu o Comitê Regional do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação no estado de Goiás e terminou fazendo uma provocação para as pessoas e entidades que estavam presentes para comporem o Comitê e, assim, reestruturá-lo.

Desta forma, o Fórum iniciou sua composição com a participação das seguintes entidades: Associação de Mulheres Surdas; Associação das Mulheres na Comunicação; Centro Cultural Cara Vídeo; Centro Cultural Eldorado dos Carajás; Conselho Regional de Serviço Social; Conselho Regional de Psicologia; Sindicato dos Jornalistas de Goiás; Sindsaúde; Sindicato dos Professores no Estado de Goiás; e Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência.

8. PARTICIPAÇÃO NO 1º SEMINÁRIO ESTADUAL MULHERES JOVENS QUILOMBOLAS DE GOIÁS

A partir de convite realizado na reunião de 04 de maio de 2010, na Assembléia Legislativa, a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa foi envolvida na realização do 1º Seminário Estadual de Jovens Mulheres Quilombolas do Estado de Goiás.

Em 02 de junho de 2010, como parte da programação do 1º Seminário Estadual Mulheres Jovens Quilombolas de Goiás, esta Comissão pode colaborar com a realização do mesmo por meio de palestra tratando da importância dos Direitos Humanos e da participação cidadã das comunidades.

O projeto “Jovens Mulheres Quilombolas de Goiás, Identidade, protagonismo e participação” é produto da cooperação técnica e científica entre a



Universidade Estadual de Goiás - UEG e a Presidência da República, por meio da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR.

9. DENÚNCIAS DE VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Ao longo de 2009, foram realizados 65 atendimentos a denunciante, com o conseqüente encaminhamento de suas queixas aos órgãos competentes para que possam ser devidamente instruídos e apurados. Destes, registra-se a suspeita de 20 casos de maus tratos, agressão e tortura praticados por policiais; 13 casos de assédio moral, perseguição política, maus tratos e pedido de proteção; quatro casos de denúncia por falta de atendimento/negligência médico-hospitalar associados a usuários de serviços de saúde mental; três casos de denúncias associadas ao ambiente e condições de trabalho; três casos de violência contra idoso; três casos de violência contra mulher; dois casos de denúncias de despejo ou desocupação forçada; um caso de desaparecimento; e 16 casos de motivos variados, dos quais alguns necessitam de melhores esclarecimentos.

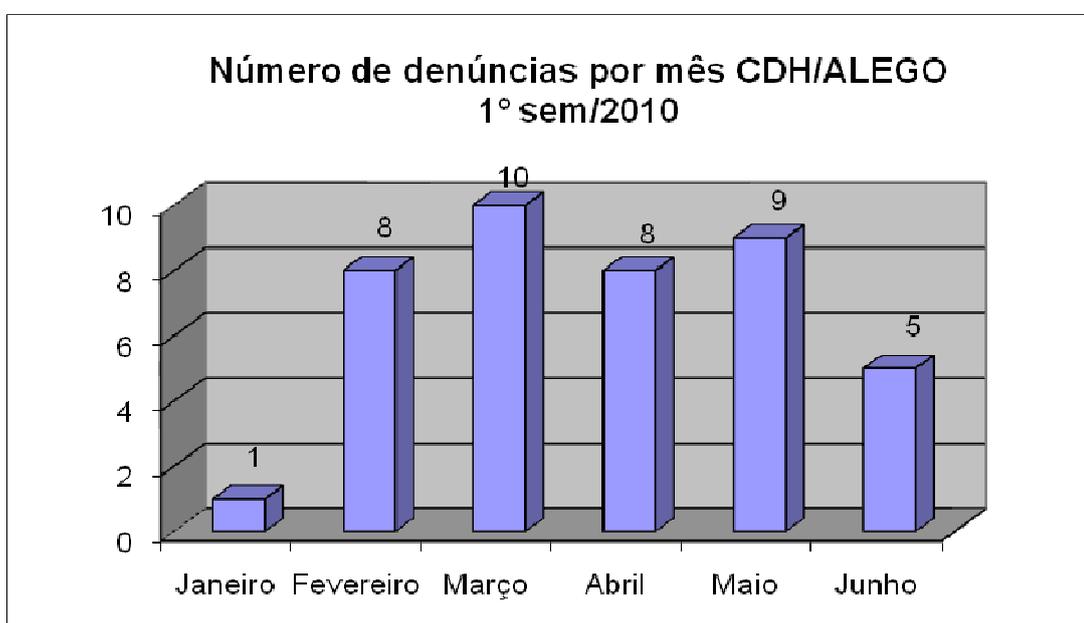
Em 2010, dentre os registros anteriores à 30 de junho, foram realizados 41 registros de denúncias de violação aos Direitos Humanos, com o relato presencial dos denunciante à Comissão na grande maioria dos casos, salvo algumas exceções encaminhadas por correspondência.





Destaca-se a suspeita de envolvimento de policiais, agentes de segurança pública, enquanto agressores, em sua maioria, identificados como integrantes da Polícia Militar do Estado de Goiás, resultando em mais da metade dos registros de denúncias recebidas pela Comissão, em 21 dos 41 casos.

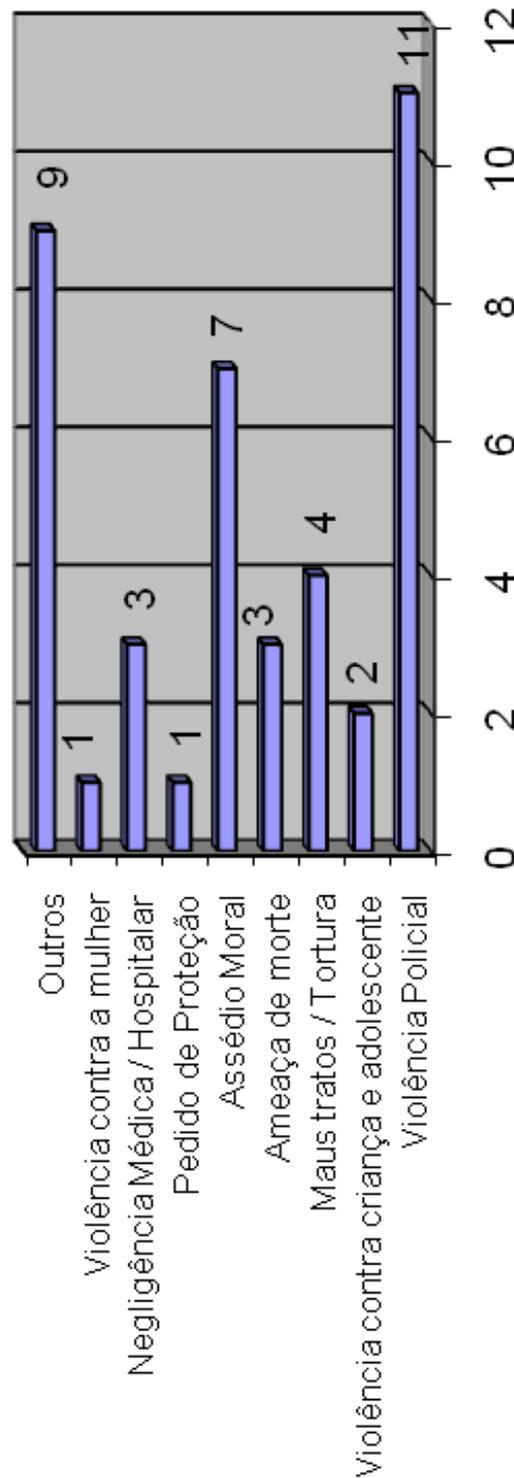
A procura da Comissão por denunciante apresentou relativa variação ao longo do semestre, sendo o mês de março o de maior procura, 10 casos, seguido por maio, fevereiro e abril, respectivamente. Isto indica que existe uma maior procura pela Comissão fora dos períodos próximos ao recesso parlamentar.



Nos registros do 1º semestre de 2010, percebe-se que destes o principal motivo pode ser identificado como: 11 casos de violência policial; 7 casos de assédio moral; 4 casos de maus tratos, agressão; 3 casos de ameaça de morte; 3 casos de denúncia por falta de atendimento/negligência médico-hospitalar; 2 casos de violência contra criança e adolescente; 1 pedido de proteção; 1 caso de violência contra mulher; e 9 casos de motivos variados.



Tipos de denúncias CDH/ALEGO - 1º sem/2010





10. RELAÇÃO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO 1º SEMESTRE DE 2010 (ORDEM CRONOLÓGICA)

JANEIRO

20 de janeiro – Audiência Pública sobre PNDH III, reestruturação da FUNAI e alto índice da violência no Estado de Goiás.

FEVEREIRO

01 de fevereiro – Visita aos familiares dos desaparecidos em Luziânia – GO, às 9h.

03 de fevereiro – Reunião do Fórum Goiano de Saúde Mental – às 14h no CRP

4 de fevereiro – Visita à casa da Dyrce, atividade com a ANIGO

05 de fevereiro – Reunião na ASDOWN

08 de fevereiro – Reunião NETP, às 14h no MP.

11 de fevereiro – Reunião Extraordinária do Fórum Goiano de Saúde Mental

17 de fevereiro – Lançamento da Campanha de Fraternidade Ecumênica na Arquidiocese de Goiânia, às 9h.

18 de fevereiro – Aula Inaugural do curso de formação de novos agentes de Segurança Prisional na Faculdade Padrão às 8h 30m.

22 de fevereiro – Reunião NETP, às 14h, no MP.

20 de fevereiro – Reunião da Violência policial no Carnaval de Rua de Goiânia.

MARÇO

02 de março – Reunião da Conferência da Saúde Mental, às 10h, na Secretaria de Saúde

03 de março – Fórum da Saúde Mental, às 14h.

03 de março – Audiência Pública “Desaparecimento de Crianças e Adolescentes”

05 de março – Audiência Pública da CONASP na ACIEG, das 8 às 18h.



09 de março – Reunião da Conferência Estadual de Saúde Mental, às 10h na Secretaria Estadual de Saúde

10 de março – Audiência Pública sobre Altos Índices de Violência e Homicídios em Goiás, às 08h, no Auditório Costa Lima

12 a 13 de março – Visita da Guarda Municipal de Goiânia à Prefeitura de Diadema – SP

16 de março – Reunião Conferência da Saúde Mental, às 10h, na Secretaria Estadual de Saúde

23 de março – Audiência Pública “Síndrome de Down”, das 09 às 12h, no Auditório Sólton Amaral

25 de março – Seminário “Letalidade e Mortalidade Policial”, às 9h, na Polícia Técnico-Científica

30 de março – Reunião da Conferência da Saúde Mental, às 10h, na Secretaria Estadual de Saúde

30 de março - Abertura do 8º Encontro das Instituições de Longa Permanência para Idosos do Estado de Goiás

ABRIL

06 de abril – Reunião NETP, às 8h e 30m, no MP.

07 de abril – Reunião do Fórum da Saúde Mental, às 14h.

08 a 10 de abril – Conferência Municipal de Saúde Mental

09 de abril - Reunião CEEDH, às 9h, na Secretaria Estadual de Educação.

16 de abril – Reunião da construção ao Plano de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, às 9h, no Instituto Dom Fernando.

16 de abril – Seminário sobre a construção do Plano Municipal da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes na cidade de Alvorada do Norte – GO, das 8h às 18h.

20 de abril – Seminário das Guardas Municipais, das 8h às 18h, no Auditório Costa Lima

23 de abril - Reunião CEEDH, às 9h, na Secretaria Estadual de Saúde.



29 de abril – Audiência Pública em parceria com a CPT Conflitos no Campo e Lançamento do caderno Conflitos no Campo 2009

30 de abril – Reunião CEEDH, às 9h, na Secretaria Estadual de Saúde.

MAIO

04 de maio – Reunião NETP, às 8h 30m, no MP.

05 de maio – Audiência Pública Dia Mundial da Comunicação, às 19h, no Auditório Costa Lima

11 e 12 de maio – Conferência Estadual da Saúde Mental no Hotel Empresarial de Goiânia (Houve apresentação do Mauro Rubem na abertura)

17 de maio – Audiência Pública LGBT, às 8h, no Auditório Costa Lima.

17 de maio – Reunião no Sindicato dos Jornalistas, às 19h, sobre a Audiência Pública “Dia Mundial da Comunicação”.

18 de maio – Audiência Pública Fórum de Exploração Sexual, às 14h, no Auditório Costa Lima

18 de maio – Marcha Maluco Beleza, às 8h, com saída da Praça dos Bandeirantes

18 de maio – Reunião sobre a questão da Democratização dos Meios de Comunicação, às 19h, no Centro Cultural Caravideo.

19 de maio – 5º Seminário pelo enfrentamento da Exploração Sexual de Adolescentes LGBTT, às 8h, no Hotel Serras de Goiás

22 de maio – Divulgação do Livro “Confesso que Peguei em Armas” do jornalista Pinheiro Salles na cidade de Trombas – GO

24 de maio – Audiência Pública Sobre questões relacionadas às aposentadorias do INSS em Aragoiânia

25 de maio – Reunião com a relatora da ONU sobre formas contemporâneas de escravidão, Sra. Gulnara Shahinian, e Movimentos Sociais.

25 a 27 de maio – Encontro Nacional de Debates sobre o Combate ao Trabalho Escravo em Brasília

27 de maio – Reunião sobre a Avaliação e Confraternização da Semana de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, às 9h.



31 de maio – Visita à reeducando na Casa de Prisão Provisória – CPP, às 15h.
Mauro Rubem

JUNHO

01 de junho – Reunião Ordinária NETP no Ministério Público, às 8h.

01 de junho – Solenidade de Lançamento da III Edição dos jogos Para-Desportivos da Federação das Associações Pestalozzi do Estado de Goiás – FASPEGO e Entidades Convidadas

02 de junho – Audiência Pública sobre Eleição do CONASP, às 9h30m, no Auditório Costa Lima

02 de junho – 1º Seminário Estadual Mulheres Jovens Quilombolas de Goiás, às 14h, no Auditório Costa Lima

02 de junho – Reunião CEEDH, às 9h, na Secretaria Estadual de Educação

08 de junho – Lançamento do Livro “Conversando com Deus”, às 19h, no Auditório Costa Lima.

11 de junho – Lançamento da Cartilha Didática e de Consulta de Direitos Humanos.

17 de junho – II Congresso Goiano sobre a Síndrome de Down no Auditório Jaime Câmara da Câmara Municipal de Goiânia, às 19h.

18 de junho – Visita Regina Miki, secretária especial do Ministério da Justiça, às prefeituras e sede das guardas municipais de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo.

23 de junho – 2ª Reunião Ordinária do Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Goiás, na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, Sala do Conselho Superior da Polícia Civil, às 9h.



DEPUTADOS MEMBROS – Legislatura 2009-10

(Decreto Administrativo n. 2.220, de 18 de fevereiro de 2009)

DEPUTADOS TITULARES:

Mauro Rubem (PT) - Presidente
Fábio Sousa (PSDB) – Vice-Presidente
Evandro Magal (PP)
Coronel Queiroz (PTB)
Cláudio Meirelles (PR)
Isaura Lemos (PDT)
Miguel Ângelo (PMDB)

DEPUTADOS SUPLENTE:

Humberto Aidar (PT)
Honor Cruvinel (PSDB)
Padre Ferreira (PSDB)
Cristóvão Tormin (PTB)
Cilene Guimarães (PR)
Vanuza Valadares (PSC)
Samuel Belchior (PMDB)

Equipe Técnica:

Secretário: Miguel Donizete Gusmão Filho
(Analista Legislativo)

Adriano Augusto Luiz de Lima (Assessor)
Fabio Fazzion (Assessor Parlamentar)
Glória Madureira de Faria (estagiária)
Katiuscia Duarte de Oliveira Souza (Assessora Parlamentar)
Taís Betânia Pires Siqueira (estagiária)
Valeria Peixoto de Sousa Pacífico (Assistente Legislativo)